
LÍNGUA DE SINAIS

LUCINDA FERREIRA BRITO

EU AGUARDAVA PRIMEIRO HISTORIA DOCUMENTOS LUTA DEFESA QUEM É ACIMA VALORIZAÇÃO

LÍNGUA DOS SINAIS

Lucinda Ferreira Brito

INTRODUÇÃO

As línguas dos sinais, línguas de modalidade gestual-visual, constituem o símbolo por excelência da surdez.

No Brasil, além da Língua dos Sinais Kaapor Brasileira (LSKB), usada na floresta Amazônica, no Estado do Maranhão (Ferreira Brito, 1984), há também a Língua dos Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros (LSCB), utilizada por surdos brasileiros nas atividades sociais em que o Português não é exigido (Associações de surdos, encontros familiares ou de amigos, atividades profissionais onde há a presença de um certo número de surdos).

O termo "surdo" e "surdez" são preferidos por nós por considerarmos que "deficiente auditivo" e "deficiência auditiva" são termos que escondem preconceitos com relação às pessoas surdas, cuja falta de audição levou-as a desenvolverem habilidades específicas como, por exemplo, uma língua gestual-visual.

Os surdos apresentam um impedimento de ordem biológica na captação dos sons da fala das línguas orais. Tal impedimento dificulta principalmente a percepção e distinção fonêmicas que prejudicam a compreensão dos significados. Criou-se, pois, para os surdos, a necessidade de um outro "meio" para a realização de suas potencialidades lingüísticas. A restrição ao aprendizado pelos surdos de apenas uma língua oral acarreta, frequentemente, um desenvolvimento lingüístico limitado. Este, por sua vez, causa prejuízos ao desenvolvimento cognitivo, social, intelectual e, às vezes, até mesmo emocional.

1. AS LÍNGUAS DOS SINAIS

O desenvolvimento lingüístico através de uma modalidade gestual-visual leva ao surgimento de uma língua diferente da língua oral falada pela comunidade ouvinte que circunda os surdos. Isto é, uma língua com estrutura própria e, portanto, codificadora de uma "visão de mundo" específica. A título de ilustração, os surdos brasileiros das regiões em que se fala Português, apesar de viverem no

mesmo ambiente geográfico que os ouvintes, desenvolveram aspectos culturais próprios da comunidade surda que usa a LSCB. Esta, assim como outras línguas dos sinais e orais, possui uma gramática própria com regras específicas em todos os níveis lingüísticos: "fonológico", sintático, semântico e pragmático.

A estrutura semântica da LSCB, intimamente ligada ao sistema conceitual da comunidade surda que dela se serve, codifica a visão de mundo que caracteriza e orienta o conhecimento de mundo por parte de nossos surdos.

Este fato vem salientar o que tem sido dito há algum tempo: não há uma língua dos sinais universal. Cada comunidade surda desenvolveu sua própria língua e isto independentemente da língua oral falada pelos ouvintes que vivem em contacto com os surdos.

A LSCB, por exemplo, é estruturalmente diferente do Português, assim como a Língua dos Sinais Portuguesa (LSP) também o é. LSCB, Português e LSP são sistemas lingüísticos independentes. Da mesma forma, a Língua dos Sinais Americana (LSA) é diferente da Língua dos Sinais Britânica (LSB), ambas diferindo, por outro lado, do Inglês.

Além do mais, a LSCB, apesar da homogeneidade estrutural que a caracteriza, em todo o território brasileiro em que se fala o Português, apresenta suas variantes regionais, salientando assim, uma vez mais, seu caráter de língua natural e, portanto, relacionada aos costumes e especificidades ambientais e culturais de cada região.

Durante muito tempo foi dito que as línguas dos sinais não eram línguas por serem icônicas e, devido a isso, por não representarem conceitos abstratos e sentimentos. Isso foi razão suficiente para atribuir-lhes status inferior ao das línguas naturais já que uma das propriedades básicas de uma língua natural é a arbitrariedade existente entre significante e referencial.

Ora, existe realmente uma motivação ou iconicidade na formação de muitos itens lexicais ou sinais da LSCB. Sinais como TELEFONE, CASA, BEBÊ, etc... são altamente icônicos. Outros, entretanto, não o são. Além do mais, a iconicidade é convencional, pois, cada língua capta uma faceta da realidade (ou referencial) que representa. Sinais para "arvore", por exemplo, são distintos de língua para língua, apesar de serem altamente icônicos (ver os sinais ARVORE em LSA, LSC (Língua dos Sinais Chinesa) e LSD (Língua dos Sinais Dina

O fato de as línguas dos sinais serem icônicas, portanto, não restringe suas propriedades lingüísticas, já que, apesar de icônicos, os sinais são convencionais. Além do mais, estudos recentes tem revelado que também as línguas orais são icônicas ou motivadas (Lakoff, G. e Johnson. M., 1980).

A iconicidade além de não prejudicar a codificação de conceitos abstratos, às vezes, até favorece a existência de sistemas semânticos elaborados e abstratos (Ferreira Brito, L. 1985).

Nossos estudos sobre a LSCB revelaram a presença de sinais, cujos conceitos representados são abstratos ou referentes a sentimentos ou emoções, tais como INFERÊNCIA, PROVÁVEL, POSSIBILIDADE, SAUDADE, AMOR, ÓDIO, etc.

A falta de sinais para determinados conceitos não codificados ainda em LSCB não é índice de que sejam incompletas. Tão logo se faça necessário, estes sinais serão criados pela própria comunidade surda.

Também o fato de que as frases da LSCB sejam mais sintéticas do que aquelas do Português não é motivo para se pensar que as primeiras não sejam estruturalmente complexas. Em LSCB, as informações gramaticais vêm geralmente condensadas no próprio ítem lexical, diferentemente do Português onde frequentemente se servem de morfemas independentes para esse fim.

2. IMPORTÂNCIA DAS LÍNGUAS DOS SINAIS PARA OS SURDOS

Além da função comunicativa, as línguas naturais têm outra função muito importante também que é a de suporte lingüístico para a estruturação do pensamento. Esta última, frequentemente, é ignorada por especialistas envolvidos na Educação do surdo que consideram a língua apenas como meio de comunicação. Os defensores da chamada "Comunicação Total" não cessam de enfatizar que o importante para o surdo e para o educador é que a mensagem passe. Não interessam os meios. Entretanto, consideramos que os meios são sim importantes por que são eles que darão forma ao pensamento e sabe-se que forma e conteúdo estão intimamente ligados. Além do mais, são estes meios lingüísticos que orientarão o conhecimento do mundo dos indivíduos que deles se servem.

Não é a mesma coisa apreender o mundo através do Inglês e do Francês. Da mesma forma, não é a mesma coisa conhecer o mundo através do Português e da LSCB. Muito menos ainda, será igual o conhecimento do mundo através de um sistema artificial. Este, provavelmente não estrutura coerentemente nenhuma "visão de mundo" específica, pois, não é natural.

Assim sendo, as línguas dos sinais, por serem naturais e de fácil acesso aos surdos, são extremamente importantes para o preenchimento dessa função cognitiva e de suporte do pensamento.

Além do mais, se focalizarmos apenas a função comunicativa da linguagem, teremos que reconhecer que existem diferentes níveis de comunicação.

O "Oralismo" considera que a comunicação surdo-ouvinte seja o fator mais importante para a integração social do surdo. Para isso, acham que surdos e ouvintes têm que falar a mesma língua e, como os surdos são minoria, devem aprender a língua da maioria.

Além de desconsiderarem a situação de desvantagem dos surdos no uso de uma língua oral, os oralistas não levam em conta as diferenças de nível de comunicação. Saber pronunciar um número limitado de palavras e construir frases básicas de uma língua não significa estar apto para uma interação lingüística em qualquer nível ou situação,

Nossa experiência com surdos apenas oralizados sugere que a comunicação é gratificante apenas quando se trata de situações mais corriqueiras, tais como introduções conversacionais e observações sobre o tempo ou o ambiente. Nessas situações, os surdos advinham muito mais o significado do que está sendo dito do que propriamente decodificam a fala do interlocutor, com raríssimas exceções. Tão logo a conversa se envereda por caminhos mais abstratos e mais inesperados, menos chance de compreensão mútua em língua oral terão os surdos. A comunicação oral acaba restringindo-se, em geral, a níveis superficiais. Em casos em que atinge um nível mais profundo, e ela parece ser desgastante tanto para os interlocutores surdos como ouvintes.

Para uma comunicação efetiva em qualquer nível, pressupõe-se que os interlocutores dominem perfeitamente não apenas as regras ou convenções fonológicas e sintáticas como também as semânticas e pragmáticas. E, como diz J.Gumperz (1982, p.209), o conhecimento de como tais convencões funcionam sempre se torna pré-requisito para parti-

cipação efetiva em encontros verbais mais longos e para incorporar a cooperação de outros em atividades do lar, do trabalho e dos negócios públicos. O conhecimento é de tal tipo que não pode ser adquirido através de leitura ou de escolarização formal. O contácto "cara a cara" em situações que permitam um "feedback" máximo é necessário". Ficando prejudicado o "feedback", o conhecimento das convenções lingüísticas fica limitado. Para que estas sejam adquiridas sem bloqueios, o conhecimento de uma língua dos sinais pelos surdos é condição primordial.

O domínio sem restrições das convenções lingüísticas através de uma língua gestual-visual, mesmo que sejam diferentes daquelas de uma língua oral, favorece enormemente a aquisição dessas últimas. Além de servirem de exercício ou experiência lingüística anterior, servem de padrão de comparação ou de meio de explicação do funcionamento das regras da língua oral. Além do mais, a existência de suporte ou estrutura lingüística em um indivíduo, leva-o a uma maior predisposição para a aprendizagem de uma língua de difícil acesso. Isso porque o desenvolvimento de suas capacidades lingüísticas e cognitivas não estará prejudicado assim como a comunicação gratificante através da língua dos sinais cria maiores predisposições emocionais para levar a cabo diferentes tipos de conhecimento.

CONCLUSÃO

As línguas dos sinais são línguas naturais que, diferentemente dos sistemas artificiais, preservam uma estrutura homogênea, apesar das diferenças de classe e das diferenças regionais. A LSCB, veículo de comunicação entre surdos das várias capitais brasileiras e outros centros urbanos, resistiu heroicamente às proibições pelas quais passou nas escolas e em outros recintos públicos brasileiros.

A introdução do uso da LSCB nas escolas de surdos, no Brasil, é imprescindível, mas pressupõe respeito a sua estrutura e às condições de seu uso, assim como preparação cuidadosa do pessoal que vai usá-la.

Na defesa de seu uso, a exclusão de sua importante função de suporte do pensamento e de conhecimento do mundo restringe seu papel a apenas facilitador de comunicação entre e com os surdos, o que pode levar a problemas diversos na formação das pessoas surdas.

níveis lingüísticos e permite a tradução de qualquer assunto ou conceito nela. Expressa sentimentos, estados psicológicos, conceitos concretos e abstratos e processos de raciocínio.

Além de se constituir em um meio natural e eficaz de comunicação e de ensino aos surdos, a LSCB pode somar-se às riquezas culturais brasileiras. Além do mais, o conhecimento de sua estrutura lingüística poderá contribuir para um maior conhecimento do fenômeno da linguagem e para o avanço dos estudos lingüísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KLIMA, E. e BELLUGI, U. (1979) *The Signs of Language*, Cambridge: Harvard University Press.

FERREIRA BRITO, L. (1984) "Similarities and Differences in Two Brazilian Sign Languages". *Sign Language Studies*, 42:45-56, Silver Spring: Linstok Press, Inc.

FERREIRA BRITO, L. (1985) "A Comparative Study of Signs for Time and Space in São Paulo and Urubu-Kaapor Sign Languages". *SIR' 83: Sign Language Research*, p.262-268, Silver Spring; Linstok Press, Inc. e Roma: Instituto di Psicologia CNR.

GUMPERZ, J.J. (1982) *Discourse Strategies* Cambridge: Cambridge University Press.

LAKOFF, G. and JOHNSON, M. (1980) *Metaphors we Live By*. Chicago: University of Chicago Press.

OS DIREITOS LINGUISTICOS DOS SURDOS

LUCINDA FERREIRA BRITO

ANTONIO CAMPOS DE ABREU

HISTORIADOR

EU AGUARDAVA PRIMEIRO HISTORIA DOCUMENTOS LUTA DEFESA QUEM É ACIMA VALORIZAÇÃO

OS DIREITOS LINGÜÍSTICOS DOS SURDOS

LUCINDA FERREIRA BRITO*

Quando eu aceito a língua de outra pessoa, eu aceitei a pessoa...Quando eu rejeito a língua, eu rejeitei a pessoa porque a língua é parte de nós mesmos...Quando eu aceito a língua dos sinais, eu aceito o surdo, e é importante ter sempre em mente que o surdo tem o direito de ser surdo. Nós não devemos mudá-los; devemos ensiná-los, ajudá-los, mas temos que permitir-lhes ser surdo. Eles têm o direito de ser deficientes.

Terje Basilier
Psiquiatra norueguês

Volta e meia, ouvimos dizer que língua e cultura e que língua e pensamento objetivo são coisas intimamente ligadas e que a ausência de uma implica na da outra. Entretanto, na maioria das vezes, isto parece resumir-se apenas numa constatação teórica que, na prática, não é levada em consideração.

Como se sabe, a língua, além de ser o principal veículo de comunicação, é também o mais importante meio de identificação do indivíduo com sua cultura e o suporte do conhecimento da realidade que nos circunda.

O problema das minorias lingüísticas é, pois, muitas vezes, não apenas a privação de sua língua materna, mas sobretudo a privação de sua identidade cultural.

Nesta linha, situa-se o problema do surdo. Este não é apenas de ordem biológica como se costuma pensar. É de ordem lingüística e, portanto, cultural. Não se pode negar que o surdo tenha uma deficiência auditiva. Entretanto, quando amparado pela aparelhagem adequada, ele pode ouvir ruídos da rua, música, etc. podendo conseqüentemente dançar e até mesmo ser um instrumentista considerável. Porém, e aí chego ao cerne da questão, não ouve com nitidez devida os sons de uma língua "oral" (português, inglês, francês, etc.). Não conta com o "feedback" lingüístico, tão importante no processo de aquisição de uma língua. É o atraso do desenvolvimento lingüístico acarreta atraso do desenvolvimento cognitivo. Isso porque as unidades lingüísticas de uma língua "oral", sejam elas distintas ou significativas, estabelecem-se através de traços sonoros muito sutis. O mínimo engano na captação de tais sutilezas pode acarretar incompreensão e até mesmo mal-entendidos entre os participantes de uma interação lingüística. Além do mais, existe o fato de que todo participante de tal interação deseja preservar sua "face", usando aqui a terminologia de Goffman (1967), ou seja, a sua imagem pública. É de disso, principalmente que os surdos se ressentem quando passam por pessoas dotadas de pouca inteligência por não entenderem o que lhes foi transmitido, ou por não conseguirem explicitar claramente suas idéias.

Em geral, as escolas de orientação oralista parecem esquecer-se de que o som da língua não vale por si só. Vale apenas enquanto transmissor de significado. Por isso, ou ele é pronunciado de forma a fazer passar com nitidez adequada o valor semântico de uma palavra ou enunciado, ou a comunicação fica truncada. Ouvir mais ou menos uma música permite ao surdo dançar e, às vezes, até cantar. Entretanto, ouvir ou pronunciar mais ou menos bem um fonema é arriscar e ver se a mensagem é captada ou não. E as conseqüências far-se-ão sentir em caso negativo.

A comunicação diária do surdo brasileiro evidencia-se menos problemática na medida em que ele aprende a dominar o português ain

da que precariamente. Essa aprendizagem é condição até mesmo necessária para a sobrevivência profissional, educacional e, talvez, social na atual conjuntura brasileira. É necessária, mas não suficiente. Restringe o surdo a uma comunicação parcial, cansativa e frustrante na maioria das vezes. E sua participação na sociedade fica limitada aos setores onde as exigências lingüísticas não chegam às complexidades encontradas nas áreas do Direito, da Psicanálise, da Poesia, da Lingüística. Entretanto, a tudo isso ele pode chegar através da língua dos sinais, língua de modalidade gestual/visual, que qualquer surdo pode dominar perfeitamente e que nós ouvintes também dominaremos se assim o quisermos.

Esta língua que os surdos criaram espontaneamente tem estrutura altamente sofisticada, apesar de não recorrer a sons, mas sim às mãos, à expressão facial, ao corpo, ao espaço e ao movimento. É dotada de dupla articulação (unidades distintas e significativas) e possui sintaxe e morfologia tão elaboradas quanto o português, o russo, ou qualquer outra língua oral.

A língua dos sinais não é universal. Cada comunidade tem a sua. No Brasil temos notícias da existência de, pelo menos, duas. A dos índios Urubus-Kaapor (Ferreira Brito, 1984) e a dos surdos da área geográfica em que se fala português. Elas tem estrutura diferente daquela das línguas orais, isto é, não são pura transposição da língua oral para a modalidade gestual/visual. Prova disso é que, na Inglaterra, a língua dos sinais é uma e, nos Estados Unidos, trata-se de outra. E, no entanto, a língua oral dos dois países é a mesma. Da mesma forma, a língua dos sinais dos surdos brasileiros e a dos surdos portugueses são distintas. Pertencem mesmo a famílias diferentes. E o português é a língua oral comum aos dois países.

As línguas dos sinais não são menos abstratas que as orais. Tudo pode ser feito através dela: poesia, transmissão de sentimentos, reflexões filosóficas, lingüísticas, lógicas. Enfim, são línguas completas e complexas como as orais.

Assim as línguas dos sinais são, potencialmente, a única possibilidade de realização dos surdos, principalmente, dos surdos profundos.

Não quero com isso dizer que o surdo teria livre trânsito em todas as áreas do conhecimento se dominasse a língua dos sinais. Talvez, no momento, não pudesse ser advogado, psicanalista, político, por causa da estrutura social que é alicerçada em um modelo estritamente auditivo. Entretanto, o reconhecimento da língua dos sinais pelos ouvintes e pelos próprios surdos é o preparo do terreno para que a sociedade se reestruture, no futuro, tendo em vista também a minoria surda, que aliás, é bastante numerosa em nosso país.

Aprendendo apenas a língua oral, o surdo acaba ficando sujeito a uma limitação permanente, pois dificilmente atingirá o "modelo de ouvinte" que lhe é imposto. Além do mais, a falta de identidade cultural provocará conflitos quanto à sua integração consigo mesmo e, portanto, dificultará a sua assimilação à comunidade surda e mais ainda à comunidade ouvinte que o circunda. Não se integrará em nenhuma das duas.

Usar a língua dos sinais não isolará os surdos dos ouvintes. Ao contrário, possibilitará uma maior desenvoltura dos mesmos na sociedade como um todo, pois serão indivíduos mais autoconfiantes. Isso lhes permitirá comunicação com os demais de forma satisfatória.

Entretanto, toda essa problemática complexa é e foi gerada pelos preconceitos em relação às línguas dos sinais, que no fundo nada mais são do que a não aceitação do diferente. E isso parece não ser algo novo na sociedade brasileira, já que encontramos a mesma idéia até mesmo em canções populares como Sampa, de Caetano Veloso, quando diz: "é que Narciso acha feio o que não é espelho".

É essa força preconceituosa é suficiente para que se ignore o poder do argumento expresso por aqueles que defendem a Comunicação Total (o que é importante é que a mensagem "passe", não interessa o canal) como forma mais apropriada de abordagem do problema educacional do surdo. Isso porque aqueles que preconizam a Comunicação Total, estão automática-

mente defendendo as línguas dos sinais, já que estas se constituem no meio mais natural de transmissão de mensagens entre os surdos.

Diante desses fatos, urge que prestemos mais atenção aos DIREITOS LINGÜÍSTICOS DOS SURDOS que enumeramos, tomando como base aqueles propostos por Gomes de Matos (Revista de Cultura Vozes, 1984, nº 2) como Direitos Lingüísticos individuais:

- a) DIREITO À IGUALDADE LINGÜÍSTICA. O surdo tem direito a ser tratado lingüísticamente com respeito e em condições de igualdade.
- b) DIREITO À AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM. O surdo tem direito a adquirir sua língua materna, a língua dos sinais, mesmo que essa não seja a língua de seus pais.
- c) DIREITO DE APRENDIZAGEM DA LINGUA MATERNA. Todo surdo tem direito a ser alfabetizado em tempo hábil e de se desenvolver lingüísticamente, segundo preconizado pela Educação Permanente.
- d) DIREITO AO USO DA LINGUA MATERNA. O surdo tem direito de usar sua língua materna em caráter permanente.
- e) DIREITO A FAZER OPÇÕES LINGÜÍSTICAS. O surdo tem o direito de optar por uma língua oral ou dos sinais segundo suas necessidades comunicativas.
- f) DIREITO À PRESERVAÇÃO E À DEFESA DA LINGUA MATERNA. Como minoria lingüística, os surdos têm o direito de preservar e defender o uso da língua materna.
- g) DIREITO AO ENRIQUECIMENTO E À VALORIZAÇÃO DA LINGUA MATERNA. Todo surdo tem direito de contribuir ao acervo lexical da língua materna e de valorizá-la como instrumento de comunicação nos planos local (municipal, estadual, regional, nacional) e internacional.
- h) DIREITO À AQUISIÇÃO-APRENDIZAGEM DE UMA SEGUNDA LINGUA. Todo surdo, após sua escolarização inicial em língua dos sinais, tem o direito de aprender uma ou mais línguas (além da materna).
- i) DIREITO À COMPREENSAO E À PRODUÇÃO PLENAS. O surdo tem o direito de usar a língua que mais lhe convier, oral ou dos sinais, no intuito de compreender seu interlocutor e de se fazer entender por eles. No caso do uso da língua oral, o surdo tem direito de cometer lapsos, de auto-corriger-se, de empenhar-se a fim de ser claro, preciso e relevante. O mesmo deve valer para a língua dos sinais.
- j) DIREITO DE RECEBER TRATAMENTO ESPECIALIZADO PARA DISTÚRBIOS DA COMUNICAÇÃO. Todo surdo tem direito de reivindicar e de receber tratamento especializado para a aquisição de uma língua oral.
- k) DIREITO LINGÜÍSTICO DA CRIANÇA SURDA. Direito de ser "compreendida" pelos pais, através lingüísticos necessários para seu desenvolvimento lingüístico inicial (no período de aquisição da língua materna). No caso de os pais serem ouvintes, estes devem dar aos filhos surdos a possibilidade de mútua compreensão, aprendendo, tão logo descubram a surdez dos filhos, a língua dos sinais.
- l) DIREITO LINGÜÍSTICO DOS PAIS DE CRIANÇAS SURDAS. Direito de aprender e usar sem opressão a língua dos sinais, canal natural de comunicação para o filho surdo, para que possa comunicar-se com ele na vida diária e no período em que a interação pais e filhos se faz necessária para a criança.
- m) DIREITO LINGÜÍSTICO DO SURDO APRENDIZ DE LINGUA ORAL. Direito de "errar" oralmente ou por escrita sem ser punido, humilhado, por opções lingüísticas inadequadas; direito de ser sensibilizado contra os preconceitos e discriminação de natureza lingüística (ou sociolingüística).
- n) DIREITO DO PROFESSOR SURDO E DE SURDOS. Direito de receber formação sobre a natureza da língua dos sinais, sua estrutura e seus usos e de ensinar nesta língua, meio mais natural de comunicação com e/ou entre os surdos.
- o) DIREITO LINGÜÍSTICO DO SURDO ENQUANTO INDIVÍDUO BILINGUE. Direito de mudar de uma língua para outra de acordo com a situação que se lhe apresenta, desde que assegure a compreensão da mensagem pelo ouvinte.
- p) DIREITO LINGÜÍSTICO DO SURDO ENQUANTO CONFERENCISTA. Direito de proferir palestras na língua dos sinais, fazendo-se compreender e contando-se para isso, com intérpretes ouvintes que dominem sua língua dos si-

nais e a língua oral oficial da situação de congresso.
q) DIREITO LINGÜÍSTICO DO SURDO DE SE COMUNICAR COM OS OUTROS SURDOS. Direito de usar a língua dos sinais para se integrar com os outros surdos, primeiro passo para uma integração na sociedade como um todo.

Os direitos lingüísticos do surdo, mais até que os direitos lingüísticos das pessoas ouvintes, precisam ser reconhecidos, respeitados e satisfeitos pela legislação educacional brasileira.

Esperamos aqui ter despertado o interesse para um problema de relevância social que não tem merecido a atenção dos responsáveis pela educação dos surdos no Brasil.

* Pesquisadora do CNPq e Professor-Adjunto de Lingüística. Departamento de Letras - Centro de Artes e Comunicação - Universidade Federal de Pernambuco.

"COMUNICAÇÃO TOTAL É UMA FORMA DE VIVER"

II CONFERENCIA LATINO AMERICANO DE SURDOS

SOCIALIZAÇÃO, LINGUAGEM E COGNIÇÃO EM SURDOS

LUCINDA FERREIRA BRITO

EU AGUARDAVA PRIMEIRO HISTORIA DOCUMENTOS LUTA DEFESA QUEM É ACIMA VALORIZAÇÃO

SEGUNDA CONFERENCIA LATINO AMERICANA DE SORDOS

Buenos Aires, 05-08 de novembro de 1985.

"Socialização, Linguagem e Cognição em Surdos"

LUCINDA FERREIRA BRITO

Universidade Federal de Pernambuco e CNPq.
Brasil.

Resultados de pesquisa que estamos desenvolvendo desde 1979 sobre as línguas dos Sinais no Brasil, isto é, as línguas gestuais/visuais dos surdos brasileiros levaram-nos a considerar a estreita relação entre surdez, cognição, linguagem e socialização.

Em A Formação Social da Mente (1984), Vygotsky salienta a integração existente entre o raciocínio prático (fase inicial do desenvolvimento cognitivo que Charlotte Bühler, citada pelo autor, considera estar presente na criança já aos seis meses de idade) e a linguagem, ao longo de todo o desenvolvimento da criança. Segundo o autor, a linguagem já estaria também presente na criança aos seis meses. A linguagem, a seu juízo, "tem um papel essencial na organização das funções psicológicas superiores" ([V] p. 24), importantes na história do desenvolvimento da criança. Atribui Vygotsky à "atividade simbólica uma função organizada específica que invade o processo do uso de instrumento e produz formas fundamentalmente novas de comportamento" ([V] p. 27), iniciando-se assim o processo de socialização da criança. Esta controla seu próprio comportamento e o ambiente através da linguagem.

Levina (citado in [V], p.27-28) mostrou que, inicialmente, a verbalização consiste na descrição e análise da situação e que, aos poucos, ela adquire um caráter 'planejador', expressando os possíveis caminhos para a solução de problemas propostos à criança, a qual adquire maior independência através da linguagem com relação à estrutura da situação visual concreta.

Nos termos de Vygotsky, "a capacitação especificamente humana para a linguagem habilita as crianças a providenciar instrumentos auxiliares na solução de tarefas difíceis, a superar a ação impulsiva, a planejar uma solução para um problema antes de sua execução e a controlar seu próprio comportamento. /

Signos e palavras constituem para a criança, primeiro e acima de tudo, um meio de contacto social com outras pessoas" ([V], p. 31). Quando analisado dinamicamente, este amálgama de fala e ação tem uma função muito específica na história do desenvolvimento da criança; demonstra, também, a lógica da sua própria gênese" ([V], p. 33).

De acordo com esta linha de pensamento, procuramos analisar o problema lingüístico, social e cognitivo da criança surda.

Ora, os oralistas (educadores e especialistas preocupados única e exclusivamente com o ensino da língua oral da comunidade ouvinte ao surdo) deparam-se aqui com um grande obstáculo: como propiciar à criança surda este instrumento lingüístico tão importante na sua primeira fase de vida quando não se pode ^{am geral} definir o grau e tipo de perda auditiva ^{precisos} senão por volta de um ano e meio ou dois, fase a partir da qual se pode efetivamente iniciar a reabilitação oral e auditiva?

Em contrapartida, pode-se saber, desde o nascimento, se uma criança é surda ou não. Em caso positivo, só há duas saídas: esperar um ano e meio para colocar a criança surda em contacto com a língua oral; ou desde logo expô-la à língua dos sinais, único meio possível de desenvolvimento da linguagem neste primeiro período.

No primeiro caso, se levarmos em consideração o que foi salientado por Vygotsky e endossado neste trabalho, várias conseqüências far-se-ão sentir, na primeira fase do desenvolvimento infantil do surdo:

- a) este perde a oportunidade de usar a linguagem, senão o mais importante, pelo menos um dos principais, instrumentos para a solução de tarefas que se lhe apresentam no desenvolvimento da ação inteligente;
- b) o surdo não há de recorrer ao planejamento para as soluções de problemas;
- c) não supera a ação impulsiva;
- d) não adquire independência da situação visual concreta;
- e) não controla seu próprio comportamento e o ambiente;
- f) não se socializa adequadamente.

Das conseqüências (a-d) decorre que a falta de um instrumento lingüístico, na primeira fase de desenvolvimento, leva a criança surda à não independência do visual concreto, impossibilitando-a de adquirir sistemas conceptuais abstratos já existentes, pelo menos parcialmente, nas crianças de dois anos, em geral.

Segundo H. Pisciotta [P], conceitos modais deônticos já se encontram presentes, aos dois anos de idade, na fala de crianças ouvintes. As noções modais deônticas de 'obrigatoriedade', 'permissividade', 'facultatividade', 'proibição', etc..., em Português, descritas e analisadas através de modelo proposto por L. Ferreira Brito [FBd] e ^{L. Ferreira-Brito e R. Langevin} V[B-L], constituem um elaborado sistema que se baseia nas relações de contrariedade e de contradição, distribuindo os conceitos em escala unidimensional. Tal sistema lógico-topológico que, de acordo com nossa pesquisa em andamento, é tão abstrato em LSCB¹ quanto em Português, não estará, provavelmente, ao alcance das crianças surdas não iniciadas à linguagem em sua primeira fase de desenvolvimento. Além do mais, a aquisição de noções como as modais é de grande importância para a socialização da criança já que são estreitamente ligadas à aquisição de normas sociais

Portanto, além das implicações de ordem lingüístico cognitiva, há também que se levar em conta as conseqüências (e) e (f), acima enumeradas, relativas à integração ou não do surdo à comunidade que o cerca.

Se a socialização da criança se dá desde sua mais tenra idade, decorre daí que a língua dos sinais é imprescindível ao surdo, mesmo que este, no início, esteja limitado à comunicação apenas com aqueles que manipulem bem esta língua ou que se iniciem no seu aprendizado.

Posteriormente, em contacto com a língua oral, sua segunda língua, terá alcançado maior aptidão em todos os níveis (psicológico, cognitivo, social e lingüístico) para enfrentar a árdua tarefa de seu aprendizado. O surdo já terá tido a prática de socialização através da língua dos sinais, suporte para o aprendizado da língua oral, vale dizer, terá já estabelecida uma comunicação gratificante.

Segundo a fonoaudióloga e psicoterapeuta Françoise Berge, o mundo 'oral' deixa, então, de ter para o surdo o aspecto estranho e inacessível e certos sentimentos de isolamento e de ex

¹ LSCB = Língua dos Sinais das cidades (ou Centros Urbanos) Brasi

clusão serão assim afastados naturalmente ([B], p.243).

Para o sociólogo francês B. Mottez, "um surdo congênito ou tendo se tornado surdo antes de falar tem mais chance de se socializar na cultura surda do que aquele que se tornou surdo mais tarde" ([BM a] p. 90).

A socialização do surdo com os demais surdos é uma ponte para a ampliação de seu campo de interação social, possibilitando mais facilmente, a sua ulterior integração à comunidade como um todo e não apenas ao seguimento representado pelos ouvintes.

Os oralistas atribuem ao uso da língua dos sinais o fato de grupos de surdos viverem à margem da comunidade ouvinte. Como contra exemplo, podemos citar nossa pesquisa entre os índios Urubus-Kaapor da floresta Amazônica Brasileira, que revelou que o uso exclusivo da língua dos sinais (LSKB) pelo surdo não é obstáculo para a sua interação com os ouvintes. Todos os interessados na comunicação com os surdos, sem imposição, aprendem a língua dos sinais permitindo-lhes uma participação normal em todas as atividades da comunidade.

Contestando de outra forma o argumento oralista, pode-se dizer que o domínio parcial da língua oral e o não aprendizado da língua dos sinais impede que o surdo se comunique com os demais surdos, sem possibilitar-lhe, além do mais, uma comunicação efetiva com os ouvintes.

Para D. Bouvet, a educação oralista da criança surda consiste num ensino behaviorista da fala. Consiste no ensino do produto de um processo delicado e complexo, mas não do processo em si e a fala, além do mais, não é qualquer coisa que se enxerta, ainda que, para tanto, se venha a despender muita energia. No surdo, "esta fala 'imposta', na medida em que ele não pode encontrar as chaves do sistema por si só, mantém-se durante longo tempo como fala 'pobre', permitindo uma comunicação muito reduzida". Sabe-se, continua a autora, "o quanto o menor pensamento requer toda uma elaboração sintática para se traduzir precisamente em palavras.(.) O fato de que a grande maioria de surdos não pode ler apesar de que toda a sua educação girou em torno da fala, mostra bem que esta ênfase colocada muito exclusivamente sobre a fala não conduz a uma aquisição real da língua oral" ([DB], p. 234).

R.M. de Souza e J.A. Cordeiro [SC], em pesquisa realizada em Campinas, São Paulo, chegaram à conclusão de que os surdos, em período escolar, não sabem ler, interpretando apenas fra

ses isoladas, na maioria dos casos, apesar de terem revelado através de teste de inteligência, um desenvolvimento intelectual de nível acima da média.

"A leitura requer um profundo conhecimento da língua. Privados deste conhecimento, os surdos são, então, privados da leitura que seria, no entanto, para eles, mais que para os outros, um maravilhoso meio de conhecimento, de extravasão e de comunicação. Se os surdos 'falam', isto não quer dizer, entretanto, que eles tenham a língua da sociedade e que sejam verdadeiros leitores. Isto mostra o quanto a educação da criança surda, muito exclusivamente centrada na fala, conduz a um fracasso" ([D B], p. 235)

Citando R. Mottez, D. Bouvet diz: "a s'obstiner contre les déficiences, on augmente souvent le handicap" ([D B], p.235).

Portanto, apenas uma abordagem realista do problema e uma aceitação total da surdez e, conseqüentemente, da língua dos sinais pode permitir que a linguagem se instale na criança surda. E como assinalou B. Mottez, "la reconnaissance de la langue des signes est la condition sine qua non de l'integration et de la sortie du ghetto" ([BMB], p. 89) para os surdos.

É bom, entretanto, enfatizar que ~~não~~ trata aqui de propor o método bimodal para a educação do surdo. Como R.C.F.Sales [BPS] mostrou, seus resultados parciais sobre a morfologia da LSCB são suficientes para que se note a distância estrutural existente entre a LSCB e o Português. Apesar da característica gestual/visual da primeira e da modalidade oral/auditiva da segunda, a diferença estrutural não permite que estas duas línguas sejam utilizadas simultaneamente, sem risco de introdução de deformações nas mesmas.

Consideramos, pois, que o bilingüismo é a única solução para o surdo brasileiro, no presente. E o bilingüismo implica a aceitação sem restrições da LSCB.

Neste trabalho, confrontamos nossos dados com os pressupostos teóricos de Vygotsky quanto ao papel da linguagem no desenvolvimento global da criança. Nossos resultados não são, porém, conclusivos. Outras pesquisas, principalmente na área de aquisição da linguagem por surdos, deveriam ser realizadas para que se chegue a conclusões mais definitivas a esse respeito.

**FILSOFIA COMUNICAÇÃO TOTAL
MARTA CICIONE – SEMINARIO SOBRE
SURDEZ EM BELO HORIZONTE – MINAS
GERAIS**

ANTONIO CAMPOS DE ABREU

HISTORIADOR

EU AGUARDAVA PRIMEIRO HISTORIA DOCUMENTOS LUTA DEFESA QUEM É ACIMA VALORIZAÇÃO

Prezados senhores,

Desejo inicialmente agradecer à comunidade de Surdos de Minas Gerais, em nome do presidente de sua Associação, o honroso convite que me traz aqui, hoje. Foi de fato, para mim, motivo de orgulho este convite, pois fez-me sentir distinguida (entre tantos profissionais afins) por representantes da população com a qual tenho trabalhado.

A amplitude do tema que me foi oferecido, fez-me parar para escolher um dos tantos assuntos que a Filosofia da Comunicação Total pode oferecer. Qual deles escolher? Metodologia? Recursos e Técnicas? Bases Teóricas? ou, talvez melhor ainda, a discussão sobre umas questões que não têm sido suficientemente esclarecidas:

- por que alguns profissionais querem a Comunicação Total?
- por que outros não a aceitam?
- quem estaria com a razão?
- onde estaria a verdade?

Decidi-me então, por desenvolver estas questões, até por que me pareceu que este seria um tópico também de interesse das pessoas surdas aqui presentes.

Neste momento, deve acrescentar, que embora durante este meu discurso eu esteja caminhando em direção da defesa dos valores da Comunicação Total, não poderia de maneira alguma discorrer sobre ela, colocando-a como a melhor das soluções, entre tantas outras. De fato, como espere poder deixar bem claro hoje, esta é uma postura filosófica, com valores próprios. Há outras filosofias educacionais, no entanto, que embora a ela se oponham, possuem valores básicos diversos que, mesmo não sendo aceites por quem não os defende, partem de medos coerentes de buscar a verdade e devem ser por isto, respeitados.

Entrar no campo da filosofia não é façanha das mais fáceis. Procuraremos, no entanto, da maneira mais simples possível, falar sobre este assunto por que nesta proposta que escolhi, este dado é muito importante.

Filosofia seria, numa conceituação bem geral, a configuração de um processo científico, de busca de respostas e de verdades que não podem ainda ser demonstradas pela ciência. Para facilitar, exemplifiquemos. Quantas vezes durante nossa vida, temos que escolher caminhos, ou meditar sobre escolhas:

-como conseguir fazer justiça?

-o que significa o BEM?

-per que o que é errado para um, é o certo para o outro?

-como conseguir acertar?

Nestes momentos, não podemos encontrar respostas mágicas. Precisamos olhar para dentro de nós mesmos em busca do nosso "bom senso". As ciências não podem nos oferecer soluções, em termos de "receitas" e "fórmulas" exatas. São os nossos princípios e valores pessoais que virão em nosso auxílio. Estes princípios e valores, nessas referências, no entanto, não são generalizáveis. Isto quer dizer que as respostas e as opções variam sempre de pessoa a pessoa, de grupo para grupo. E estas divergências devem ser respeitadas por que espelham o livre arbítrio, ou seja a liberdade implícita ao ser humano de poder pensar e fazer as suas escolhas.

Nós não nascemos com um sistema de princípios e valores prontos. Nós os aprendemos durante nossa vida. No contexto familiar, entre nossos amigos, nas escolas, nos meios de comunicação, em outras situações, estamos sempre aprendendo-os. Por isto, as diferenças de opinião: o que me parece justo, pode parecer injusto a outra pessoa; o que me parece certo, pode parecer errado para o outro, e assim por diante. Isto varia ainda, de cultura para cultura.

Entre os profissionais que trabalham na área da surdez, também surgem questões parecidas.

Quando um médico dá um diagnóstico de perda auditiva, está dando para uma família, uma notícia que significa: seu filho é surdo. E isto quer dizer: seu filho é DIFERENTE das outras crianças ouvintes. É certo que esta informação deixa a maioria das famílias muito desorientada e eles se perguntam: o que fazer?

Quando estas pessoas começam a procurar ajuda, vão encontrar duas grandes opções:

- 1 - há profissionais que acreditam que "o amor desfaz a diferença"
- 2 - outros profissionais acreditam que "o amor respeita a diferença"

São maneiras diferentes de se pensar em ajudar. E são maneiras coerentes com tipos de posturas éticas diversas. Vejamos pois, como se fundamentam estas posturas:

1 - Se pesquisarmos sobre o ramo da ética teológica, conhecido com Agapismo, encontramos que:

- o que é bom para a maioria deve ser igualmente distribuído para todos. E isto seria um BEM de justiça.

Assim, se a língua oral constitui um instrumento considerado bom para a maioria, (os ouvintes), será este o instrumento que deverá ser levado a todos. Inclusive para a minoria dos surdos. Pelo amor,

se desfaria a diferença. Nenhum tipo de comunicação estranha para a maioria de ouvintes seria utilizada. Desta maneira, os defensores destas idéias, trabalhariam pela semelhança, como meio de se alcançar a integração social do surdo.

2 - Se por outro lado, pesquisarmos sobre um outro tipo de ética, conhecida como teleológica, encontramos que:

- o que é considerado bom, deve ser distribuído entre as pessoas, conforme suas necessidades e capacidades. Aos diferentes, as chances diferentes, como BEM de justiça.

Assim, sendo um surdo diferente de um ouvinte, ele teria o direito de ter acesso a meios diferentes para se comunicar. Só desta maneira, os defensores desta outra idéia, acreditam na integração social do surdo. Neste sentido, a Filosofia da Comunicação Total aceita a língua dos sinais, uma língua legítima e válida como qualquer outra língua oral praticada pelos ouvintes.

Para o paraplégico, a rampa. Para o cego, o braille. Para o diabético, os dietéticos. Para o surdo, a língua dos sinais. São todos estes, modelos de respeito pela diferença.

Como me diz Ana Regina, amiga surda, presidente da ... FENEIDA: "Comunicação Total é uma maneira de viver".

Neste momento, retorne ao que coloquei no início deste encontro, para dizer que são muitos os aspectos que poderia ter preparado sobre esta política educacional, nesta minha palestra de hoje. Ao preferir as colocações que acabo de fazer, pretendi mostrar que as polémicas que estes assuntos levantam, nada mais são que polémicas próprias de diferentes maneiras de pensar, refletir e escolher. Neste sentido, não estariam nas discussões metodológicas, as respostas, ou conclusões finais. Elas poderiam ser melhor aquilatadas, se nos voltássemos para as questões de base:

- o que significa ser surdo?
- o que significa a surdez na sociedade?
- quais os significados das implicações da surdez?

Para responder a estas perguntas, o profissional que escolheu esta filosofia da Comunicação Total, confirma a aceitação de tres premissas básicas, no seu trabalho especializado.

A- Promover o crescimento harmônico das dimensões do sujeito surdo, a saber:

- sua personalidade
- sua cognição
- suas aprendizagens sociais

B- Promover a integração psico-social do sujeito surdo, respeitando inclusive seu bem-estar social.

C- Aceitar a diferença do sujeito surdo, aceitando sua

língua que é diferente, por que ele é diferente.

Termine pois, afirmando que quando um profissional quer a Comunicação Total, concluímos que ele aceita os valores desta filosofia. Quando um outro profissional não a quer, concluímos que ele não aceita como válidos estes valores.

O ser humano é um ser vivo e livre. E este fato incontestável nos faz pensar que a diferença é uma verdade imutável. Não poderíamos almejar que todos os homens fizessem escolhas iguais. Que todos os profissionais tivessem posturas iguais. E é pelo direito a estas diferenças que as pessoas que como eu, fizeram uma escolha, esperam poder praticá-las, com honestidade e liberdade.

Sei, que aqui hoje, muitos representantes da comunidade brasileira de surdos, já fizeram suas escolhas. Muitos de vocês, os surdos, são meus amigos pessoais. Termine pois dizendo-lhes que estamos unidos em nossas crenças. Estamos juntos na batalha do esclarecimento. Continuemos juntos, e nesse tabalho.

"CONHECER É O INICIO DE ACEITAR"

Maryate Cortez Ciccony